



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000677246**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2170579-15.2021.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é paciente FRANCISCO WEINE DA SILVA e Impetrante MAIRA ALVES VALERIO, é impetrado MMJD DA 32ª VARA CRIMINAL DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FARTO SALLES (Presidente sem voto), RICARDO TUCUNDUVA E MACHADO DE ANDRADE.

São Paulo, 23 de agosto de 2021.

**EDUARDO ABDALLA**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**HABEAS CORPUS nº 2170579-15.2021.8.26.0000**

**Proc. nº 1509404-64.2021.8.26.0228**

**Origem: SÃO PAULO**

**Impetrante: MAIRA ALVES VALÉRIO**

**Paciente: FRANCISCO WEINE DA SILVA**

**Interessados: Juliana Ippolito Pagliare**

**Antonio Carlos Aparecido Freitas**

**Elissandro Santos Soares da Silva**

**Autoridade Coatora: Juízo da 32ª Vara Criminal**

**VOTO nº 20897**

***HABEAS CORPUS.*** Pretendida liberdade. Necessidade da custódia já apreciada em anterior remédio heroico. Alegação de ser genitor de criança. Impossibilidade. Situação excepcionalíssima ressalvada pelo STF no HC nº 165.704/DF, fazendo referência ao HC nº 143.641/SP, mormente por não haver comprovação de ser o único responsável pela prole. Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.

Trata-se de ***HABEAS CORPUS*** impetrado pela advogada **MAIRA ALVES VALÉRIO**, em favor de **FRANCISCO WEINE DA SILVA**, apontando, como **AUTORIDADE COATORA**, o **JUÍZO DE DIREITO DA 32ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO PAULO**.

Aduz que o paciente sofre constrangimento ilegal, decorrente de decisão que manteve sua custódia cautelar, carente de fundamentação idônea, sustentando possuir filha de um ano e também riscos em razão da pandemia de covid-19, cuja soltura postula. A final, concessão da ordem, em definitivo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Indeferida a liminar e dispensadas as informações de estilo, a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** opinou pelo não conhecimento ou denegação.

**É o relatório.**

Inicialmente, saliente-se ter sido impetrado o HC nº 2085559-56.2021.8.26.0000 pela **DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL**, em favor do mesmo paciente, já julgado por esta C. 6ª Câmara de Direito Criminal, aos 11/5/21, cuja ordem foi denegada, à unanimidade, assim ementado:

*“HABEAS CORPUS. Reunião de feitos, nos termos do RITJSP, art. 145 por medida de economia e celeridade processual. Pretendida revogação da custódia cautelar. Impossibilidade. Decisão devidamente fundamentada, com indicação dos requisitos do CPP, arts. 282, II, e 312, caput. Situação excepcional ocasionada pela pandemia de covid-19 que não justifica soltura. Alegação de possível concessão de benesses que demanda aprofundada análise do acervo probatório inviável nesta via estreita. Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.”*

No remanescente, **FRANCISCO** teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, por ter, em tese, cometido os crimes graves previstos na Lei nº 11.343/06, art. 33, *caput*, e art. 35, *caput*.

A despeito do decidido pelo STF no HC nº 165.704/DF, Segunda Turma, j. 20/10/2020, o fato de ser genitor de filho menor (fls. 19) não implica, automaticamente, possibilidade de obter soltura ou até mesmo prisão domiciliar, até porque não comprovou ser imprescindível e o único aos cuidados necessários (CPP, art. 318, III e VI); pelo contrário, noticiou, quando de sua prisão, que as crianças permanecem sob os cuidados da genitora.

Diante do exposto, **denega-se a ordem.**

**EDUARDO ABDALLA**  
**Relator**